



André Del Negri

Controle de Constitucionalidade no Processo Legislativo

Teoria da legitimidade democrática

prefácio

Rosemiro Pereira Leal

2ª edição revista e ampliada

192 páginas

ISBN 978-85-7700-178-1

Formato: 14,5 x 21,5 cm

<http://www.editoraforum.com.br/loja>

Recomenda-se a leitura desta obra a todos os pensadores e praticantes do Direito que se disponham a compreender que a Teoria da Legitimidade Democrática passa pela averiguação das cogitações de validade e eficácia, mas requer, sobretudo, um alto grau de questionamento sobre a teorização de um controle de constitucionalidade (teoria que reconstrói a racionalidade da lei a partir de uma discursividade processual) que permita o exame democrático por um incondicionado direito-de-ação coextenso a um Procedimento de fiscalização, ampla e irrestrita, no âmbito de produção da lei para instalar a legitimidade participativa de todos pelo eixo discursivo da Teoria do Processo.

Nessa perspetivação, que é de Direito Democrático, há que se enfrentar as diversas situações teóricas, visando à dessacralização das teorias inimigas da Democracia, que há muito perderam a consistência por não resistirem à reconstrução crítica do Direito por intermédio do Processo Constitucional.

André Del Negri

Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor de Teoria da Constituição e do Direito Constitucional na Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro da Universidade de Uberaba (MG). Está ligado à pós-graduação lato sensu por meio da disciplina de Direito Processual Constitucional. Autor do livro *Direito Constitucional e Teoria da Constituição* (Fórum). Advogado.

Outras informações no link <<http://lattes.cnpq.br/3133617835890195>>.

Notas à 2ª edição

Prefácio à 1ª edição

Capítulo 1

Retrospecto em Teoria do Estado e da sociedade

- 1.1 Considerações introdutórias
- 1.2 A Ciência do Direito e o esclarecimento do Processo Legislativo
- 1.3 A principiologia dos chamados paradigmas jurídico-constitucionais
 - 1.3.1 Linhas gerais sobre o Estado e o Processo Legislativo no Absolutismo Monárquico
 - 1.3.2 Incursão sobre os paradigmas jurídicos: do Estado de Direito Liberal ao Social
 - 1.3.3 As características do atual eixo jurídico-constitucional brasileiro de Direito democrático e a tentativa de consolidação da Democracia
- 1.4 O Estado e a metafísica do “poder” na contemporaneidade
 - 1.4.1 Reflexões teóricas a respeito de soberania: o povo (comunidade jurídica) como titular da soberania
 - 1.4.2 Cogitações terminológicas sobre quem é o povo em Friedrich Müller

Capítulo 2

A legitimidade do Direito

- 2.1 Breve retrospecto sobre as Teorias do Direito
 - 2.1.1 A Escola Idealista
 - 2.1.2 A Escola Realista ou Sociológica e o Positivismo Jurídico
 - 2.1.3 O novo positivismo e o pensamento fenomenológico hegeliano
 - 2.1.4 O Estruturalismo Jurídico de Lévi-Strauss
 - 2.1.5 Uma conclusão crítica às teorias do Direito
- 2.2 Kelsen e a legitimidade do Direito por meio de normas pressupostamente válidas: o Positivismo jurídico
- 2.3 A fundamentação de legitimação em Jürgen Habermas
 - 2.3.1 Os destinatários das normas jurídicas vistos como seus co-autores: o Processo Legislativo como reconhecimento da co-autoria
 - 2.3.2 Notas conclusivas sobre o pensamento habermasiano
- 2.4 Breves anotações sobre a Teoria da Democracia
- 2.5 A Teoria do Discurso de Francis Wolff

Capítulo 3

A regulação do Processo como Instituição Constitucional

- 3.1 Noções gerais sobre Teorias do Processo
 - 3.1.1 Processo como contrato
 - 3.1.2 Processo como quase-contrato
 - 3.1.3 Processo como relação jurídica
 - 3.1.4 Guasp e o Processo como instituição
 - 3.1.5 Fazzalari e o Processo como Procedimento realizado em contraditório
 - 3.1.6 A constitucionalização do Processo: Movimento Constitucionalista
 - 3.1.7 Processo como instituição constitucional: a teoria neo-institucionalista

Capítulo 4

Devido Processo Constitucional e Processo Legislativo

- 4.1 Delimitação sobre os fundamentos de construção da lei
- 4.2 Uma história das garantias constitucionais e a atividade legiferante
- 4.3 O Processo Constitucional configurador do Processo Legislativo: o Regimento Interno das Casas Parlamentares visto como Procedimento
- 4.4 As comissões temáticas no Congresso Nacional e suas decisões terminativas: a Democracia pela discussão entre especialistas
- 4.5 Acerca da efetividade do Processo na atividade produtora da lei
- 4.6 O Plenário como espaço aberto às discussões críticas pelo povo e seus representantes: o contraditório em simétrica e simultânea paridade
- 4.7 Uma reflexão sobre os pressupostos e condições do Procedimento Legislativo no Direito brasileiro

- 4.7.1 Elementos estruturais
- 4.7.2 Elementos configurativos
- 4.8 A teoria do Controle Jurisdicional de Constitucionalidade no Processo Legislativo: a inconstitucionalidade das leis aprovadas sem o Devido Processo Legislativo
- 4.9 A jurisprudencialização do controle difuso e concentrado no Processo Legislativo Brasileiro
- 4.9.1 Projeto de lei em contrariedade à Constituição Brasileira: Processo judicial de controle difuso de constitucionalidade no Procedimento de elaboração normativa
- 4.9.2 Regimento Interno das Casas Parlamentares e Processo judicial de controle difuso de constitucionalidade
- 4.9.3 Emendas à Constituição e Processo judicial de controle difuso-preventivo de constitucionalidade
- 4.9.4 Considerações finais: a problemática analisada e o controle judicial-preventivo de constitucionalidade
- 4.10 Palavras conclusivas

Referências

Índice